



Número: **0600226-14.2021.6.18.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Presidência**

Última distribuição : **18/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

**Relator: ERIVAN JOSE DA SILVA LOPES**

Assuntos: **Proposta de Alteração de Resolução**

Objeto do processo: **PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEI 26973-43 - RESOLUÇÃO - ALTERAÇÃO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (INTERESSADA)			
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21829 343	30/06/2022 16:28	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

**RESOLUÇÃO Nº 452, DE 28 JUNHO DE 2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600226-14.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI**

**Interessada:** Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE/PI

**Relator:** Desembargador Erivan Lopes

Altera a Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, para acrescentar cláusula de vigência.

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, no exercício de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno), e

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, foi aprovada e publicada sem conter cláusula de vigência,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, fica acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 30. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua republicação”. (ACR)

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina, 28 de junho de 2022.

**DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES**

Presidente e Relator



## RELATÓRIO

**O SENHORDESEMBARGADOR ERIVAN LOPES(RELATOR):** Este Tribunal expediu a Resolução nº 446/2022, publicada no DJE 92/2022, de 23/05/2022, que regulamenta a prestação de serviço extraordinário no âmbito do TRE/PI.

Contudo, constatou-se que a referida Resolução não contém cláusula expressa de vigência, circunstância que tem gerado uma situação conflitante para a contagem dos prazos ali previstos, notadamente quanto à aplicação das disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), referentes à vigência de normas, e o § 1º do art. 18 da referida Resolução, que fixou o primeiro dia do mês seguinte ao da publicação o início do prazo de notificação para que os servidores usufruam, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses, os créditos registrados em banco de horas com mais de 5 (cinco) anos e que não foram declarados prescritos por força da disposição contida no Acórdão TRE-PI nº 1214/2017.

Desse modo, a fim de compor conflitos relacionados com interpretações divergentes acerca da contagem dos prazos assinalados na mencionada resolução, reputo necessário retificar o seu texto, conforme minuta seguinte:

“RESOLUÇÃO Nº XXXX

Altera a Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, para acrescentar cláusula de vigência.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no exercício de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno), e

CONSIDERANDO que a Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, foi aprovada e publicada sem conter cláusula de vigência,

RESOLVE

Art. 1º A Resolução nº 446, de 16 de maio de 2022, fica acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 30. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua republicação”. (ACR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

## VOTO

**O SENHORDESEMBARGADOR ERIVAN LOPES(RELATOR):** A Resolução TRE-PI nº 446/2022, publicada no DJE 92/2022, de 23/05/2022, que regulamenta a prestação de serviço extraordinário no âmbito do TRE/PI foi aprovada e publicada sem conter, entre as suas disposições,



cláusula de vigência.

A fim de sanar essa omissão e resolver divergências interpretativas relacionadas à contagem dos prazos assinalados na mencionada resolução, a melhor solução que se nos apresenta é a sua retificação, mediante o acréscimo de dispositivo fixando regra de vigência, porquanto, mesmo com a aplicação da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) para suplementar essa questão, persistiram dúvidas e conflitos de interpretação por parte dos servidores alcançados pela norma.

Isso posto, VOTO pela retificação do texto da Resolução TRE-PI nº 446/2022 e sua republicação, nos termos da minuta proposta.

É como voto.

### **EXTRATO DA ATA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600226-14.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI**

**Interessada:** Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE/PI

**Relator:** Desembargador Erivan Lopes

**Decisão:** ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, APROVAR a minuta de resolução, determinando sua conversão em instrumento definitivo pela unidade competente, na forma do voto do Relator.

Presidência e Relatoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador Erivan Lopes.

Tomaram parte no julgamento os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as): Desembargador José James Gomes Pereira; Juízes Doutores Lucas Rosendo Máximo de Araújo, Thiago Mendes de Almeida Ferrér, Charles Max Pessoa Marques da Rocha, Teófilo Rodrigues Ferreira e Juíza Doutora Lucicleide Pereira Belo. Presente o Procurador Regional Eleitoral Doutor Marco Túlio Lustosa Caminha.

**SESSÃO DE 28.6.2022**

